



Governança para a Sustentabilidade: o Caso da Gestão Cultural Integrada de Território no Contexto Brasileiro

Autoria

José de Arimatéia Dias Valadão - jose.valadao@ufla.br

Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PPGAP)/UFLA - Universidade Federal de Lavras

Paulo Henrique Silva - paulo-henrique-cds@hotmail.com

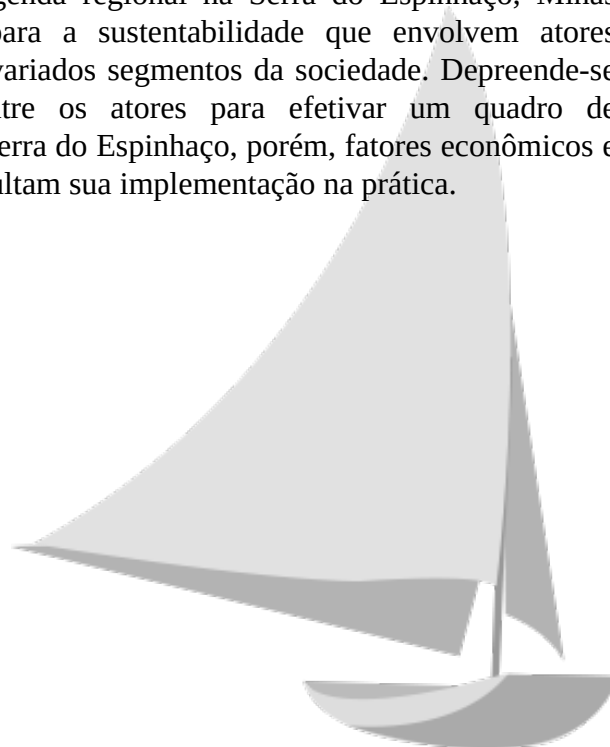
Lucas Alves Prates - lucasalves2@yahoo.com.br

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio financeiro.

Resumo

Os esforços empreendidos pela ONU e UNESCO buscam consolidar um quadro de referências para futuras ações que efetivem agendas globais, por meio de ações locais. Parte deste esforço vem sendo realizado sob a ótica da Gestão Cultural Integrada de Território, alinhada aos conceitos de desenvolvimento sustentável e à Agenda 2030. Neste sentido, diante dos esforços realizados em vários países, principalmente Portugal e Brasil, este ensaio relata como vem sendo construída uma agenda regional na Serra do Espinhaço, Minas Gerais, em um quadro de governança para a sustentabilidade que envolvem atores internacionais, regionais e locais dos mais variados segmentos da sociedade. Depreende-se desses esforços, uma ampla parceria entre os atores para efetivar um quadro de Desenvolvimento Sustentável na região da Serra do Espinhaço, porém, fatores econômicos e políticos vem provocando desafios que dificultam sua implementação na prática.





Governança para a Sustentabilidade: o Caso da Gestão Cultural Integrada de Território no Contexto Brasileiro

Resumo: Os esforços empreendidos pela ONU e UNESCO buscam consolidar um quadro de referências para futuras ações que efetivem agendas globais, por meio de ações locais. Parte deste esforço vem sendo realizado sob a ótica da Gestão Cultural Integrada de Território, alinhada aos conceitos de desenvolvimento sustentável e à Agenda 2030. Neste sentido, diante dos esforços realizados em vários países, principalmente Portugal e Brasil, este ensaio relata como vem sendo construída uma agenda regional na Serra do Espinhaço, Minas Gerais, em um quadro de governança para a sustentabilidade que envolvem atores internacionais, regionais e locais dos mais variados segmentos da sociedade. Depreende-se desses esforços, uma ampla parceria entre os atores para efetivar um quadro de Desenvolvimento Sustentável na região da Serra do Espinhaço, porém, fatores econômicos e políticos vem provocando desafios que dificultam sua implementação na prática.

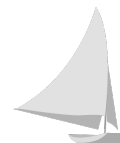
Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável. Gestão Cultural Integrada de Território. Governança.

Introdução

Está em curso no Brasil, principalmente em Minas Gerais, um processo de governança local intitulada Gestão Cultural Integrada de Território (GCIT). A GCIT tem sido considerada, pelos seus idealizadores, caso de sucesso em várias regiões mundo agora, como é o caso da Região de Mação, em Portugal (ANASTÁCIO, 2017; OOSTERBEEK, CURA, BASTOS, 2011; OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017) e em Macal, na China (DAN, 2012). É nesse sentido que no âmbito da ONU e UNESCO foi proposto, principalmente a partir do Conselho Internacional de Ciências (ICSU), do Conselho Internacional das Ciências Sociais (ISSC) e do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH), o ano de 2016 como Ano Internacional para o Entendimento Global com o slogan de “construir pontes entre os pensamentos globais e ações locais”. E vinculado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), essas entidades e representações tem promovido a GCIT como forma de alcançar o desenvolvimento sustentável, por meio de um processo de governança que valorize a dimensão da diversidade cultural no processo de integração territorial (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

A origem da discussão surgiu a partir dos fracassos das ações da ONU no âmbito do desenvolvimento sustentável que culminou na Rio 92 e, recentemente, na Rio+20. Como destacou o próprio Prof. Oosterbeek em uma conferência, “a gente se enganou em 92 [...] quando disse que o problema central são as pessoas [...] a ilusão de que as universidades e uma liderança esclarecida sozinha poderia mudar o mundo [...] apesar dos esforços não foi possível avançar muito [...] a partir da Rio+20, foi necessário construir um novo paradigma”. Essas entidades têm considerado a GCIT como uma possibilidade de avançar em estratégias locais de alcance globais de sustentabilidade (SCHEUNEMANN; OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Foi nesse sentido que a articulação, no âmbito da Comissão para a Conferência Internacional das Humanidades (2017), que teve sua conferência preparatória no Brasil, mais especificamente na UFMG, em novembro de 2016, que definiu novas estratégias para ação no âmbito dos territórios, o que veio a ser conhecida como Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT). No novo formato, a GCIT passou a trabalhar quatro eixos de ação integrados: formação (treinamento, pós-graduação), matriz territorial (foros temáticos, prospectiva, espaço de memória, museu), interlocução institucional (comunicação, governança, projetos concertados, ações exemplares) e observatório do território (indicadores, avaliação) (SCHEUNEMANN;



OOSTERBEEK, 2012). A constatação, em grosso modo, é que GCIT perpassa temas que vão desde os processos globais, da circulação de matéria-prima e produtos, até como a crise financeira impacta a vida de moradores distantes, como é o caso de municípios de pequenos e médio porte, tentando responder perguntas como: pode a população de um pequeno município desenvolver projetos e processos que modifiquem a realidade para além do seu território?

A GCIT parte da ideia que a globalização mudou profundamente a realidade atual, tanto no Brasil, como no mundo todo (OOSTERBEEK, 2012 b; VEIGA, 2008). No pressuposto dessa lógica de governança para a sustentabilidade, não é mais possível resolver as dificuldades uma a uma, de forma desarticulada e usando apenas a experiência do passado (OOSTERBEEK, 2012 a; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Ela pressupõe que é preciso avançar em ciência e tecnologia, sem esquecer os saberes tradicionais. Precisa-se, na sua concepção, enxergar os dilemas com que as localidades são cotidianamente confrontadas, necessitando fazer escolhas difíceis, como é o caso da aceitação ou não dos avanços crescentes em processos industriais, mesmo em regiões até então baseadas em atividades locais e artesanais (SCHEUNEMANN; OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Desse modo, a GCIT pressupõe: a superação do tripé da sustentabilidade (econômico, ambiental e social); a necessidade de pensar nas pessoas, não somente na perspectiva dos números, mas sobre a vida de cada ser pertencente ao território; a necessidade de gerenciar expectativas e abrir possibilidades de médio e longo prazo para toda a localidade, com a ideia de pensar local e agir globalmente e; a necessidade de promover o debate e a conscientização na sociedade, evitando o pensamento único (OOSTERBEEK, 2013).

No Brasil, uma iniciativa de destaque tem ocorrido em Minas Gerais, como é caso da GCIT que vem sendo discutida no âmbito da Serra do Espinhaço, promovida, sobretudo, pelo Instituto Espinhaço e entidades locais, nacionais e internacionais. Lançada em 2014 no município de Morro do Pilar, um conjunto de atividades vem sendo realizadas, principalmente em cooperação com o Governo de Minas Gerais, por meio do Projeto Plantando o Futuro, onde microterritórios vêm desenvolvendo processos de GCIT, como é o caso de Conceição do Mato Dentro e Presidente Kubitschek. Contudo, observa-se diversas dificuldades nessas localidades, seja de promover tecnologias adequadas, seja de integrar formas de gestão ou de alcançar sustentabilidades ambientais, como é o caso da gestão da água local (SILVA; VALADÃO; PRATES, 2019).

Nesse sentido, o presente trabalho é um ensaio que reflete sobre como a gestão integrada de território que vem ocorrendo na Serra do Espinhaço em Minas Gerais tem promovido uma governança para a sustentabilidade local? Para realizar essa discussão, o trabalho está dividido em mais três seções além dessa introdução, onde foi elaborado um quadro de referências sobre GCIT e os potenciais caminhos para uma governança local; resultados e discussões sobre como vem sendo implementada as agendas globais, vinculadas a ONU e UNESCO, sobre óticas regionais e locais de governança na Região da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e; algumas considerações finais que direcionam futuros esforços científicos e práticos.

Cenário das novas perspectivas de gestão no âmbito da ONU

Discussões que parte da ideia de gestão integrada não é nova. Desde a década de 1980 que a América Latina e o Brasil vêm se destacando sobre a temática da gestão integrada do território, principalmente no âmbito rural. Englobando diversos temas, como produção agrícola, conservação do ecossistema, subsistência humana e planejamento e coordenação institucional (ESTRADA-CARMONA, ET ALL, 2014), a gestão integrada tem sido vista como mecanismo potencial para alcançar desenvolvimento rural sustentável.

O foco da gestão, tendo as questões ambientais e principalmente territoriais como elementos integradores, tornou-se nas últimas décadas, o ponto de partida para ações em



diversos campos, seja para mitigação da degradação ambiental, seja para resolução dos déficits sociais e econômicos, e até mesmo para dinamização de tecnologias sociais visando desenvolvimento regional (SHIKI; SHIKI, 2014; SCHEUNEMANN; OOSTERBEEK, 2012).

Em decorrência, na década de 1990, os debates sobre sustentabilidade e a preocupação ambiental, com destaque para a Cúpula da Terra em 1992, a gestão integrada teve destaque nessa área, sendo produzido muitos trabalhos sobre gestão ambiental integrada. A centralidade das ações de gestão passou a ser o meio ambiente, tendo a localidade, seus contextos e atores, papéis fundamentais nos delineamentos das ações estratégicas e de planejamento do território (SCHEUNEMANN; OOSTERBEEK, 2012; ESTRADA-CARMONA, ET ALL, 2014; PORTUGAL; MARQUES, 2007).

Nos últimos anos, principalmente no âmbito da ONU e UNESCO, tem sido defendida uma nova concepção de gestão dos territórios locais tendo como rótulo a Gestão Cultural Integrada de Território (GCIT). Sendo alegado que é preciso pensar em novos modelos de gestão para que se possa alcançar os novos objetivos definidos para o Desenvolvimento Sustentável, que entraram em vigor a partir de 2015, em complementação aos Objetivos do Milênio.

O pressuposto dessa nova forma de gestão é que, conforme disse Oosterbeek (2013, p. 14035) “não é possível construir ilhas de sustentabilidade, pois sendo a economia global, a sustentabilidade só pode ser assegurada em grandes escalas se articular planejamento socioeconômico e estratégias ecológicas”. A constatação é que é preciso desenvolver um modelo atual de gestão que supere

[...] estéreis debates sobre as opções entre crescimento e desenvolvimento [...] e construa um quadro de discussão em que a didática dos dilemas é o elemento nuclear, para a elevação das competências críticas dos indivíduos, para que estes possam decidir sobre nosso futuro coletivo. Neste processo, mais do que ambiente é a palavra território que se tornará nuclear, e num futuro que se apresenta incerto e inseguro, a concorrência entre territórios e a sua possível certificação [...] serão certamente realidades.

A necessidade de nova forma de gestão surge em decorrência, principalmente, da constatação de três fatores principais (OOSTERBEEK, 2013). Primeiro da lógica punitiva aos cidadãos, gerada principalmente pelas relações de produção e consumo com que se estabeleceu a humanidade, mesmo a partir das definições de desenvolvimento sustentável da Cúpula da Terra e da Rio +20. “Uma lógica *injusta* na visão dos indivíduos, na medida em que choca com as suas liberdades individuais sem lhes garantir meios igualmente individuais de atuação” OOSTERBEEK, 2013, p. 14029, grifos do autor).

Segundo, pelo fato das políticas públicas recentes não terem garantido equidade social e sustentabilidade ambiental, baseando-se em premissas equivocadas de crescimento econômico e distribuição de renda, o que penalizou em igual maneira o meio ambiente e as comunidades locais. Além de acentuar os desequilíbrios econômicos, tanto em níveis locais, como em níveis globais, as políticas existentes têm ocasionados desequilíbrios irreversíveis nos padrões de educação e de formação das populações, principalmente aquelas de mais baixa renda (OOSTERBEEK, 2013; SCHEUNEMANN; OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017; SACHS, 2007).

Além disso, “[...] as estratégias desenhadas duas décadas atrás se apoiam sobre uma concepção abstrata de entidades (economia, sociedade, ambiente), esvaziadas de contradições (culturais, sociais ou outras), ou seja, fora da realidade” (OOSTERBEEK, 2013, p. 14030). Para Oosterbeek (2013, p. 14030, grifo do autor) ainda



Isso é bem claro no principal instrumento organizador da sociedade e do território para o desenvolvimento sustentável: a Agenda 21. Ainda que esta preveja a valorização dos grupos sociais minoritários, a sua concepção de base é a de que existem sobretudo problemas a enfrentar que são de interesse comum, não vislumbrando as contradições e os dilemas que, de fato, se colocam às políticas públicas: os interesses de uns colidem com os de outros. Partiu-se assim de uma lógica *incompleta* na construção do modelo de desenvolvimento sustentável.

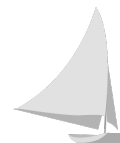
Nas novas concepções de desenvolvimento a serem estabelecidas em busca da superação das deficiências das ações e programas transnacionais anteriores, a necessidade atual é buscar integrações regionais, que proporcionem entendimentos globais sobre a sustentabilidade do planeta (SANTOS, 2002). A noção de território, como definiu Milton Santos (2000), sendo um espaço para além de suas características físicas, torna-se estratégico para dinamizar novas formas de gestão, integrando as identidades e necessidades locais, com as demandas globais de transformações éticas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais.

Desse modo, o pressuposto implícito nos debates atuais no âmbito da ONU é possibilitar a continuidade das ações locais, com repercussões globais. Dito de outro modo, a meta de novos modelos de gestão deve avançar nos propósitos gerais das consequências práticas da Rio+20 e nas novas possibilidades de estabelecer economias territoriais locais, com alcances globais, diversificadas e sustentáveis. Mais especificamente, os compromissos firmados nessa nova forma de gestão devem responder questões como: que iniciativas locais e regionais estão ao alcance dos cidadãos? Como aprofundar a governança nos municípios e entre eles? Quais são as responsabilidades da Universidade Pública, das empresas e do terceiro setor?

Gestão cultural integrada do território no contexto brasileiro

Com esses pressupostos foi que desde 2013-14 foi proposta a implantação da GCIT em Morro do Pilar. Morro do Pilar foi escolhido pela ligação do Município com outras experiências internacionais, principalmente em Portugal. Em Morro do Pilar era previsto uma exploração mineral por meio da mineradora Manabi S.A. que, até certo ponto, provocou a possibilidade de GCIT no microterritório. Por meio das experiências de outros países, da ONU e das parcerias de diversas organizações nacionais e internacionais, vários Protocolos de Intenções foram firmados. Esperava-se, que em médio e longo prazo, o Município de Morro do Pilar e toda a região da Serra do Espinhaço, fosse modelo de exploração mineral, do turismo e muitas outras atividades potencialmente geradoras de renda de forma sustentável. A Figura 1 mostra as entidades que assinaram Protocolo de Intenções e tinham alguma forma de envolvimento com a proposta.

Localidade	Instituição	Participação	Compromissos
Local	Município Morro do Pilar	Sede do lançamento da GCIT	Troca de experiências de GCIT com outros municípios
	Município de Conceição do Mato Dentro	Sede do Instituto Espinhaço e parceiro de Morro do Pilar	Centro regional de ações ambientais
	Instituto Espinhaço (Conceição do Mato Dentro)	Articulação da GCIT na Serra do espinhaço	Execução da GCIT na Serra do espinhaço
Regional	Fundo de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)	Fomento à pesquisa e inovações na região	Apoio institucional
	Empresa Manabi S.A.	Prospecção de mineração em Morro do Pilar e região	Pagamento de Royalties e compensações aos municípios locais
	Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Minas Gerais	Ações de conscientizações e apoio legal	Apoio institucional
Nacional	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Apoio por meio de grupos de pesquisa	Pesquisa e trabalhos acadêmicos
	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Apoio por meio de grupos de pesquisa	Pesquisa e trabalhos acadêmicos



	Universidade Federal de Brasília (UNB)	Apoio por meio de grupos de pesquisa	Pesquisa e trabalhos acadêmicos
	Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC)	Apoio por meio de grupos de pesquisa	Pesquisa e trabalhos acadêmicos
Internacional	Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIFCH)	Proposições dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em territórios locais	Apoio Institucional
	Herity International (Itália)	Participação na gestão do patrimônio cultural local	Parceria estratégica
	Município de Mação (Portugal)	Parcerias entre municípios de diferentes nacionalidades	Criação de uma rede mundial de jovens cientistas e para a criação da Rede Internacional de Territórios do Entendimento Global
	Comunidade Internacional do Médio Tejo (Portugal)	Parceria estratégica	Criação de redes de municípios entre países
	Universidade de Jena (Alemanha)	Sede do Ano Internacional para o Entendimento Global	Apoio Institucional
	Instituto Politécnico de Tomar (Portugal)	Estabelecimentos de acordos e gestão	Criação do Museu do Território, das Artes e da Inovação (MTAI)
	Apheleia (União Europeia)	Estabelecimentos de acordos e gestão	Criação do Museu do Território, das Artes e da Inovação (MTAI)
	Universidade de Macau (China)	Parceria estratégica	Apoio institucional
	Associação de Desenvolvimento Pinhal Maior (Portugal)	Parceria estratégica	Criação de redes de municípios entre países

Figura 1 – Entidades envolvidas com a proposição inicial de GCIT na Serra do Espinhaço.

Das discussões alavancadas por meio destas instituições e atividades realizadas, foi possível verificar que havia um propósito de consolidar um novo quadro global de referência para a gestão territorial, que assegurasse a participação ativa dos cidadãos da Serra do Espinhaço, fundamentada principalmente no conhecimento e informação, sobretudo quanto às necessidades, recursos e usos do território. Desse modo, a GCIT seria um elemento agregador de esforços, superação das diferenças contextuais entre públicos no território e a necessidade de promover estruturas que favorecessem articulações conjuntas entre instituições e comunidades. Além disso, havia um claro esforço em articular essas ações à Agenda 2030 e aos ODS, de modo que as preocupações locais estivessem em sintonia com os desafios da comunidade internacional, como ficou expresso na proposição do Ano Internacional para o Entendimento Global. O foco era desenvolver localmente “novo paradigma de desenvolvimento”, como muito se ouvia, a partir de princípios de sustentabilidade, da cultura, da biodiversidade e da economia, elementos estes entendidos como uma única realidade sinérgica a ser trabalhada, ainda que percebida e compreendida sob pontos de vista diferentes (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Esforços concretos, como aqueles relacionados à criação de museus, centros de estudos e outros, pressupunham espaços de excelências para preservar memórias e debater futuros possíveis, combinando a criatividade com o conhecimento dos recursos e das técnicas de transformação (OOSTERBEEK, 2012 a). Além disso, se vislumbrava a criação de estruturas e projetos que envolvessem o meio acadêmico, as organizações não-governamentais, as empresas e o poder público local, num quadro de colaboração supranacional, como forma de responder aos desafios e às demandas locais, principalmente aquelas vinculadas à preservação da biodiversidade da Serra do Espinhaço.

Além disso, muito se falava também em sinergias que levassem, como por meio da criação do Museu do Território, das Artes e da Inovação (MTAI), à materialização da “tripla função” de preservação da memória, de formação superior e de apoio à criação de novas empresas e negócios locais, com impactos e visibilidade internacional. Havia um foco também em MTAI como estratégia para promover projetos de educação avançada, de monitorização territorial, de museologia e de estímulo ao empreendedorismo, que contribuíssem para o



desenvolvimento sustentável da região e para uma nova consciência, isso sempre alinhado aos princípios do Ano Internacional para o Entendimento Global (IYGU). A proposição do IYGU foi coordenada pelos Professores Benno Werlen (Diretor Executivo), Luiz Oosterbeek (Secretário Geral do Conselho de CIPSH), Ingelore Scheunemann (representante do Brasil), Vladimir Kolossov (representante da Rússia), Yukio Himiyama (representante do Japão) e Ron Abler (representante dos EUA), com a presença da maioria dessas lideranças no contexto da Serra do Espinhaço.

Mais especificamente, a mineradora e o papel estratégico que ela tinha de financiamento de muitas das ações pensadas, coadunava com o próprio contexto local, tendo em vista que se comemorava 200 anos da fundição de ferro em alto-forno no Brasil, com início mais especificamente em Morro do Pilar. Pelo fato do Município ter um histórico de mineração, a possibilidade de iniciar a extração de minérios novamente fazia crescer a expectativa de crescimento econômico e de desenvolvimento local. Conforme uma das falas durante um evento, a mineração permitiria “identificar e trilhar o caminho para que a qualidade de vida e o rumo da região, mesmo após a mineração, continuem a melhorar, afirmando o território como uma oportunidade de realização profissional, cultural e educativa”.

Contudo, a derrocada dos preços do minério de ferro no mercado internacional e as transformações políticas, principalmente no cenário dos municípios locais, inviabilizaram a continuidade das discussões, principalmente a partir do município de Morro do Pilar. Com isso, as relações entre as entidades participantes foram ficando cada vez mais distantes. Vale destacar que com adesão cada vez menor do município, houve um esforço significativo do Instituto Espinhaço em dar continuidade nas atividades, principalmente articulando os parceiros em nível regional. Contudo, as mudanças de foco de entidades internacionais, como é caso do Instituto Politécnico de Tomar e do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas da Unesco, tornaram a iniciativa totalmente esquecida em pouco tempo na localidade.



Figura 2 – Novas Proposições de GCIT na Serra do Espinhaço.

O Instituto Espinhaço, contudo, continuou um processo intenso de mobilização em toda a Serra do Espinhaço, contatando e mobilizando as gestões municipais em torno das questões de GCIT. Com o lançamento do Programa Plantando o Futuro, pelo Governo de Minas Gerais, o Instituto conseguiu assumir sua execução no âmbito do território da Serra do Espinhaço, o que lhe permitiu suporte, inclusive financeiro, para execução de suas intenções em torno da



GCIT e da Agenda 2030 para a Serra do Espinhaço como um todo. Duas iniciativas que se materializaram em ações concretas ocorreram na microrregião de Conceição do Mato Dentro e Presidente Kubitschek. A Figura 2 mostra os *layouts* de divulgação de eventos relacionados às atividades nesses microterritórios.

As atividades de GCIT nestas regiões, cada uma com particularidades, evidenciaram uma amplitude bem menor, se comparada com mobilizações ocorridas em Morro do Pilar, como os *Folders* da Figura 2 mostram. As participações ocorreram principalmente por meio do Instituto Espinhaço, com apoio técnico da UFLA e as principais entidades locais, como poder executivo, legislativo, judiciário, demais órgãos públicos locais, entidades sociais, associações e sociedade civil, vinculadas às microrregiões de Presidente Kubitschek e Conceição do Mato Dentro. Nessas localidades, a presença do Governo do Estado, por meio do Programa Plantando o Futuro teve influência direta, pois as ações de GCIT estavam, em sua maioria, vinculadas às próprias agendas e diretrizes do Programa.

Nessas localidades, o ímpeto inicial se deu principalmente a partir do apoio institucional do gestor municipal local. Com as atividades realizadas, geralmente mobilizações, diagnósticos e encontros mais gerais, se evidenciaram demandas como: a necessidade de fortalecer as associações locais, orientando os moradores para os potenciais de ações conjuntas e de motivá-los a se engajarem com as ações de desenvolvimento do território; a necessidade de construir uma consciência de preservação na região destacando um papel relevantes às universidades nesse processo; a necessidade de socialização dos conhecimentos gerados por pesquisadores de universidades, assim como a necessidade de apoio técnico para os atores locais com vista ampará-los nas ações que estavam sendo estabelecidas; a necessidade de criar um conselho com representação das várias entidades locais e que este conselho fosse aberto ao entendimento da realidade de cada um dos grupos presentes para a construção de ações partilhadas e; a necessidade de fortalecer o diálogo, principalmente em torno da gestão hídrica do território.

Em ambos os casos, contudo, passados os primeiros encontros, a falta de apoio municipal, motivados principalmente pelas questões políticas locais, inviabilizaram, assim como em Morro do Pilar, a continuidade das atividades pelos coletivos instituídos a partir da própria proposição de GCIT. As ações que ainda estão em curso nessas localidades, assim como em toda a Serra do Espinhaço pertencente ao território de Minas Gerais, estão ocorrendo pelo esforço institucional do Instituto Espinhaço, mas vinculadas às diretrizes históricas, institucionais e/ou convênios e cooperações técnicas, como é caso do Programa Plantando o Futuro citado. É possível afirmar, principalmente se olhar pela atuação do Instituto, que há um conjunto significativo de ações sendo realizadas, mas com pouca efetividade naquelas oriundas das proposições de GCIT nos microterritórios mencionados. Desse modo, é possível dizer até o momento que a Governança para Sustentabilidade estabelecida no âmbito da ONU e UNESCO e que tem refletivo em regiões específicas, como é caso brasileiro, pouco tem se efetivado em uma agenda de longo prazo, por mais que toda a proposição de GCIT estivesse vinculada aos ODS e à Agenda 2030.

Considerações Finais

Ao analisar a discussão teórica e prática de GCIT, é possível verificar que há uma concepção relevante de governança para a sustentabilidade local. Há, nas propostas que vem ocorrendo na Serra do Espinhaço, pontos claros de articulação local com uma visão global de desenvolvimento de sustentável, principalmente se visualizar as metas e aspirações da Agenda 2030 da ONU. Teoricamente, mesmo que seja uma discussão emergente e sem uma base teórica consolidada na literatura internacional, possui elementos relevantes de análise, como é o caso da didática de dilemas, matriz territorial, interlocução institucional, formação e observatórios do território, alinhados a elementos como cultura, arqueologia e identidade. Empiricamente, vários pontos convergentes com uma relevante governança local podem ser visualizados. Isso



é reforçado quando se analisa os acordos e protocolos firmados, principalmente aqueles vinculados à proposição em Morro do Pilar. No conteúdo desses acordos e protocolos, seis conteúdos valem destacar:

- A importância de consolidar um novo quadro global de referência para a gestão territorial, que assegure a participação ativa dos cidadãos nos diversos municípios e localidades específicas, fundamentada no conhecimento e informação, sobretudo, quanto às necessidades, recursos e usos do território;
- A percepção de que GCIT é um elemento agregador de vontades, para além das discrepâncias de contexto, e a necessidade de promover estruturas que favoreçam essa congregação;
- A relevância em considerar que os desafios que as localidades enfrentam, como é o caso das municipalidades na atualidade, convergem com as preocupações da comunidade internacional, expressas na proposição de avançar nos entendimentos globais;
- O objetivo de almejar um novo paradigma de desenvolvimento a partir de princípios sustentabilidade, a cultura, a biodiversidade e a economia, entendidas como realidades sinérgicas a serem trabalhadas, ainda que percebidas e compreendidas sob pontos de vista diferentes;
- O pressuposto de considerar que a história de cada localidade é o espaço de excelência para preservar memórias e debater futuros possíveis, combinando a criatividade com o conhecimento dos recursos e das técnicas de transformação e;
- A preocupação em considerar a criação de estruturas e projetos que envolvam o meio acadêmico, as organizações não-governamentais, as empresas e o poder público local, num quadro de colaboração supranacional, como forma de responder aos desafios e às angústias do tempo presente;

No campo teórico, esses elementos aparecem bem claros. Quando se observa o lado operacional, as ações tradicionais de governança no território do Espinhaço têm tido muito sucesso. Foi graças às articulações das organizações e órgãos públicos locais, com ações coordenadas por meio de planos de ações, como é o caso do trabalho que o Instituto Espinhaço vem realizando, que várias conquistas têm sido alcançadas. A mais significativa delas talvez seja o reconhecimento pela UNESCO da Serra do Espinhaço como Reserva da Biosfera, onde ela se tornou um patrimônio natural da humanidade. A partir dela, muitas outras ações, como implementação de um centro de observatório e laboratório do território, com sede em Conceição do Mato Dentro, criações de várias reservas municipais de preservação, execução do Programa Plantando o Futuro, dentre outras, têm sido realizadas com nítido sucesso.

As ações de GCIT, por outro, apesar de um relevante esforço, principalmente do Instituto Espinhaço, pouco ainda se efetivou e isso têm ocorrido por vários motivos. Dentre eles, vale destacar: a dependência das ações da academia e suas relações com as agências de fomento; a baixa integração entre as organizações locais na execução dos planos e estratégias traçados; a dependência dos órgãos públicos, principalmente dos governos municipais e as suas dificuldades operacionais, relacionadas sobretudo às peculiaridades político partidárias e baixa adesão de seu corpo técnico; a dificuldade de estabelecimento de canais permanentes de interlocução entre as organizações globais e locais, dificultando os propósitos da Agenda 2030 de “pensar global e agir local” e; a dificuldade de institucionalização de um canal permanente de discussão das diversas entidades e planos traçados que não estejam, até certo ponto, sob responsabilidade de uma única instituição ou representação. Esse último ponto é, no caso da GCIT aqui descrita, a principal dificuldade, haja vista que isso leva à dependência das prefeituras ou outros órgãos, vulneráveis e instáveis diante das questões políticas, econômicas e técnicas locais.



Assim, a GCIT emerge como uma nova e potencial perspectiva teórica de governança para a sustentabilidade, situada dentro do contexto da Agenda 2030 e os ODS, mas pouco tem se mostrado como efetiva no caso brasileiro narrado. Como sugestão de novas pesquisas, sugere-se que os demais contextos citados como “de sucesso”, como é o caso da região de Médio Tejo, em Portugal, sejam analisados e comparações possam ser realizadas. Isso possibilitaria traçar novas estratégias e adaptações, tanto às especificidades locais, como às agendas globais, permitindo reestruturações mais condizentes com os objetivos almejados na Agenda 2030 e na busca do alcance dos ODS.

Referências

- OOSTERBEEK, I. (Coord.) (b). **A New Paradigm of Sustainability**, Theory and Praxis of Integrated Landscape Management. Rio de Janeiro, Instituto BioAtlântica. 2012.
- OOSTERBEEK, L.; CURA, S.; BASTOS, R. L. Pensar Local... Agir Global. **O museu de arte pré-histórica de Mação: memória, intuição e expectativa. Encontro Arqueologia e Autarquias, Cascais, Câmara Municipal**, p. 471-483, 2011.
- OOSTERBEEK, L.; WERLEN, B.; CARON, L. (Eds.). **Sociocultural matrices: transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management**. Mação: Arkeos, 2017. pp.45-64.
- OOSTERBEEK, Luiz (a). Tecnologia, Memória e Gestão Integrada do Território: uma nova função social da arqueologia. **Arkeos: perspectivas em diálogo**, n. 32, p. 29-34, 2012.
- OOSTERBEEK, Luiz. Direito ambiental ou direito ao ambiente? Uma perspectiva de gestão integrada do território. **Aspectos controvertidos do direito ambiental: tutela material e tutela processual. Belo Horizonte: Editora Fórum**, p. 14026-14037, 2013.
- PORTUGAL, José; MARQUES, Susana. Gestão cultural do território. Porto: **Setepés**. ISBN, p. 978-972, 2007.
- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Milton. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, Milton; MARQUES, Maria Cristina. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. ed USP**, 2002.
- SCHEUNEMANN, Ingelore; OOSTERBEEK, L. **Gestão Integrada do Território: Economia, Sociedade, Ambiente e Cultura**. Rio de Janeiro: IBIO, 2012.
- SHIKI, S. F. N. de; SHIKI, S. **Gestão Integrada no espaço relativo do desenvolvimento**, 2014. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/12/08O388.pdf>>. Acesso em: 20 março 2017.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- DAN, W. A nova área de Hengquim: uma zona pioneira para a gestão integrada de território na China. In: SCHEUNEMANN, Ingelore; OOSTERBEEK, L. **Gestão Integrada do Território: Economia, Sociedade, Ambiente e Cultura**. Rio de Janeiro: IBIO, 2012. pp. 205-2018.